

Caça ao voto esvazia Congresso e matérias acumulam na pauta

André Dusek/AE—6/4/94

Parlamentares vão para seus redutos eleitorais e votações no plenário deixam de acontecer

CLÁUDIA CARNEIRO

BRASÍLIA — A campanha eleitoral apagou as luzes do Congresso. A caça ao voto nos redutos eleitorais deve comprometer a votação de matérias importantes até as eleições de outubro. Para garantir quórum, e votar pelo menos o que considera indispensável, o presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE) — que também aproveita o “recesso branco” para fazer campanha —, tentará reunir os líderes partidários na terça-feira e definir uma agenda de trabalhos no plenário para agosto e setembro.

O esvaziamento do Congresso obrigou o governo a reeditar a medida provisória que cria o real e jogou sua votação para o final de agosto. A rigor, a nova moeda circula no País respaldada numa lei temporária. O Orçamento-Geral da União de 1994 já foi parcialmente executado, mas ainda não passou pela aprovação do Legislativo — uma prática comum no caso brasileiro. A cassação do último parlamentar acusado pela CPI do Orçamento a ser julgado na Câmara, deputado Paulo Portugal (PP-RJ), foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), mas poderá perder efeito pela dificuldade de reunir quórum necessário no plenário, ainda nesta legislatura.

Na pauta da Câmara estão pen-



Inocêncio aproveita “recesso branco”, mas quer definir agenda

dentes ainda o projeto de lei relativo ao bônus eleitoral e o que institui o Sistema Nacional de Educação e Tecnologia, para o qual os próprios parlamentares aprovaram no dia 20 votação em regime de urgência. Com muita sorte, os deputados Paulo Ramos (PDT-RJ) e Jackson Pereira (PSDB-CE) vão poder acompanhar, ainda nesta legislatura, as investigações sobre irregularidades no Inamps e evasão de divisas. Eles conseguiram a

instalação de comissões parlamentares de inquérito (CPIs) para apurar os dois temas, porém até

agora a Câmara não deu nenhum sinal de que os trabalhos vão prosseguir.

O líder do PMDB na Câmara, deputado Tarcísio Delgado (MG), propõe um esforço concentrado a cada 15 dias, nos próximos dois meses, para limpar a pauta. Ele critica, no entanto, a lentidão no preparo das matérias para votação em plenário: “Não podemos deixar de deliberar matérias necessárias, mas não adianta convocar os deputados e não ter o que votar.”

O deputado Roberto Freire (PPS-PE) considera normal o esvaziamento do Congresso. “O processo eleitoral é um momento privilegiado da atividade política, é o momento mais importante da atuação do mandato”, disse. “Não se pode pedir que os parlamentares mantenham, agora, suas atividades rotineiras.”